



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Para atender a solicitação expressa ao processo digital 37215/2014, a registrar preços de material de consumo e equipamento e material permanente – dermatológico e odontológico; destinado à Secretaria de Município da Saúde, lavra-se este Termo de Referência, anexo do Pregão Eletrônico nº 167/2014 SRP.

2. DESCRIÇÃO DO OBJETO:

2.1. Conforme Anexo V – Descrição dos Itens.

2.2. Os itens deverão ser cotados nos seus valores unitários.

2.3. Alguns itens serão agrupados conforme sistema comprasnet devendo a empresa vencedora em sua proposta financeira separar os itens do grupo com valores unitários, totais e quantidade total.

2.4. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASNET – CATMAT e as especificações constantes no Anexo V, prevalecerão às últimas.

3. DEVERES DA CONTRATADA E CONTRATANTE:

3.1. A Empresa vencedora deverá apresentar catálogo ou prospecto de cada item dentro de 24 (vinte e quatro) horas, após a solicitação via chat pelo pregoeiro (a). O documento será encaminhado para secretaria requisitante para análise do material. A empresa poderá ser desclassificada caso não atenda a solicitação dentro do prazo estipulado ou, também, caso o produto não esteja de acordo com o solicitado neste termo.

3.1.2. A Contratada obriga-se a oferecer garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação e assistência técnica para os materiais permanentes sem ônus para o município de Rio Grande.

3.2. A licitante vencedora deverá apresentar as seguintes documentações:

3.2.1. Apresentação da **Licença Sanitária Estadual ou Municipal**.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

3.2.2. Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle por linha de produção/produtos, emitido pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária vinculada ao Ministério da Saúde, ou cópia autenticada da publicação do D.O.U; no caso de produto importado é também necessária a apresentação do Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle, emitido pela autoridade sanitária do país de origem, ou laudo de inspeção emitido pela autoridade sanitária brasileira.

3.2.3. Comprovação da autorização de Funcionamento da empresa participante pelo Ministério da Saúde ou cópia autenticada da publicação no D.O.U, de acordo com a Lei 9.782, de 26.01.1999 – Anexo II e a Medida Provisória nº 2190-34, de 23.08.2001(renovação anual nos casos de: distribuidora, importadora, armazenadora, transportadora, embaladora e reembaladora de medicamentos e insumos específicos);

3.2.4. Certificado de Registro de Produto, emitido pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária vinculada ao Ministério da Saúde, ou cópia autenticada da publicação no D.O.U. Os documentos expedidos pela internet poderão ser apresentados em forma original sem autenticação. Entretanto, estarão sujeitas as verificações de sua autenticidade através de consulta realizada pela Comissão de Licitações, que ficarão arquivados no referido processo licitatório.

3.3. A entrega dos objetos:

3.3.1. Será de 15 (quinze) dias após o recebimento da nota de empenho.

3.3.1.1. O objeto será recebido provisoriamente pela Comissão do Registro de Preço ou por servidor designado pela secretaria para recebimento do objeto contratado.

3.3.1.2. A contratação somente será considerada concluída mediante a emissão de TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, expedido pela Comissão do Registro de Preço ou por servidor responsável.

3.3.1.3. O prazo para a emissão do TERMO E RECEBIMENTO DEFINITIVO será de 5 (cinco) dias úteis, que se fará por email, contado do recebimento provisório. Caso não seja enviado dentro desse prazo, fica automaticamente aceito como recebimento definitivo.

3.3.1.4. Se no período do recebimento provisório o(s) objeto(s) não estar de acordo com o edital, a secretaria enviará solicitação de substituição e a empresa ficará obrigada a substituir o(s) mesmo(s) dentro do prazo máximo equivalente a 7(sete) dias para a retirada e o mesmo período para devolver o(s) objeto(s) de acordo com o solicitado no edital, sem ônus para o município de Rio Grande.

3.3.2. Caso a licitante não entregue o material no prazo estabelecido no Termo de Referência será enquadrada no Artigo 87 da Lei nº 8.666/93.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

4. Do Pagamento:

4.1. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais.

5. Exigências de habilitação: são as constantes do item 6 do Edital (DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO) e estão em conformidade com o art. 4º, XIII, da Lei nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 9.329/2006, 9.546/2007 e da Lei nº 8.666/93 (por aplicação subsidiária).

6. Sanções aplicáveis: são as constantes conforme Edital.

Rio Grande, 02 de dezembro de 2014.

Pregoeiro (a)